

CONSIDERAÇÕES E INDICATIVOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 16 E 17 DE MARÇO DE 2023

Na presente assembleia, os filiados devem se manifestar sobre proposta de reajuste salarial apresentada pelo Governo Federal.

Como é sabido, nosso último reajuste salarial ocorreu a partir da aprovação da Lei nº 13.464/2017 (conversão da MP 765/2016), que fixou o pagamento de bônus mensal no valor de R\$ 3.000,00, além de 4 parcelas de reajuste pagas até janeiro de 2019, as quais totalizaram 21,25% de aumento do nosso vencimento básico.

Em 12 de janeiro de 2022, data da Assembleia Nacional qual foi proposta a inserção na pauta do indicativo 4 - inclusão, na pauta de reivindicações, da reposição das perdas salariais desde o Acordo de 2016, para recomposição do vencimento básico - nossas perdas inflacionárias chegavam a 27,6%, segundo o Fonacate (variação IPCA dezembro/16 a dezembro/21), fato que já indicava a necessidade de reposição imediata do poder aquisitivo do vencimento básico.

Posteriormente, em 11 de outubro de 2022 foi incluída na nossa pauta reivindicatória o reajuste do vencimento básico (VB) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado desde janeiro de 2016, sem prejuízo da regulamentação do Bônus de Eficiência. A essa altura, nossas perdas inflacionárias já ultrapassavam os 40%, considerando o período e o índice aprovados naquela assembleia.

A partir de 01/01/2023, com a posse do novo Governo Federal, foi restabelecida a Mesa Nacional de Negociação Permanente, na qual são negociadas as demandas dos Servidores Públicos Federais. Após a primeira reunião da referida Mesa, realizada dia 16 de fevereiro de 2023, o Governo Federal apresentou proposta de reajuste salarial de 7,8% sobre a remuneração, a partir de 1º de março de 2023, e de reajuste do auxílio alimentação de 43,6% (referente à variação acumulada do IPCA de fevereiro/2016 a fevereiro de 2023), elevando-o de R\$ 458,00 para R\$ 658,00.

Em 14 de março de 2023, em continuidade às negociações e em atenção ao pedido de revisão da proposta anterior pelas entidades sindicais, o Governo Federal encaminhou nova proposta de reajuste linear no percentual de 9,0% sobre a atual remuneração total, a vigorar a partir de 1º de maio de 2023, e aumento do valor do Auxílio Alimentação para R\$ 658,00, a partir de 1º de maio de 2023.

Ao examinar a proposta, os Auditores-Fiscais devem ter em mente que sua recusa implicaria na necessidade de uma mobilização para alcançar um índice de recomposição mais elevado. E mais, a mobilização isolada de Auditores-Fiscais também não seria suficiente, exigindo um movimento organizado no conjunto dos servidores. A conjuntura não sustenta essa possibilidade.

Portanto, considerando a premência de recuperação de nossas perdas salariais, embora sabedora de que o reajuste proposto recupera apenas um quarto dessas perdas desde dezembro de 2016, e sem prejuízo da categoria se manter unida e mobilizada para que, a partir de 2024, novos reajustes sejam negociados para restabelecer o valor real dos salários dos Auditores-Fiscais, **a Direção Executiva Nacional encaminha favoravelmente à aprovação do indicativo.**



**INDICATIVO PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 16 E 17 DE MARÇO
DE 2023**

Favor encaminhar o resultado, por meio do Portal de Serviços.

DS: _____

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: ____ Aposentados: ____ TOTAL: ____

Indicativo 1 – Os Auditores-Fiscais aprovam o reajuste linear do vencimento básico no percentual de 9% e auxílio alimentação de R\$ 658,00, a vigorar a partir de 1º de maio de 2023, proposto pelo Governo Federal.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção